



ANAMATRA
Associação Nacional das
Magistradas e dos Magistrados
da Justiça do Trabalho

Sobre O TJC

O Programa Trabalho, Justiça e Cidadania é uma iniciativa da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho –ANAMATRA, voltada à construção e consolidação da cidadania. É resultado da constatação da necessidade de conhecimento dos direitos básicos garantidos pela Constituição Federal, assim como dos direitos trabalhistas, dos deveres e dos meios de acesso à Justiça. O Programa busca promover maior aproximação entre o Poder Judiciário e a sociedade, estabelecendo variadas formas de diálogo.

Por meio do TJC, a magistratura, em parceria com integrantes do Ministério Público, da advocacia, de professoras(es) e servidoras(es) públicos, semeiam noções de direitos previstos na Constituição, direito do trabalho, da criança e do adolescente, do consumidor, ética e cidadania, entre outros temas para o complemento da educação de crianças, jovens e adultos.





A **execução** do TJC é realizada pelas associações regionais (Amatras) em parceria com as secretarias de educação e outros colaboradores. O Programa é aplicado por meio de seminários, palestras, cursos, debates, distribuição gratuita de cartilhas próprias com linguagem simples e acessível, bem como audiências simuladas e visitas de estudantes às sedes da Justiça do Trabalho e de magistradas(os) às escolas.

O Programa foi aplicado em 25 estados brasileiros e no Distrito Federal

O **público-alvo** é prioritariamente formado por estudantes do ensino fundamental e médio, em especial das escolas públicas, incluindo aquelas voltadas à Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), assim como de cursos técnicos e profissionalizantes. O programa também alcança trabalhadoras e trabalhadores, mediante parcerias com entidades da sociedade civil, incluindo entidades sindicais, entidades de formação profissional e organizações não governamentais.

O Programa contribui, assim, para a formação educacional de crianças, jovens e adultos, produzindo efeitos multiplicadores junto às suas famílias e ao meio social em que estão inseridos.

Seus **objetivos** são: ampliar a conscientização acerca dos direitos e deveres do cidadão, aproximar o Poder Judiciário da sociedade e promover e qualificar o exercício da cidadania.

Método de aplicação

PASSO A PASSO

fase 1

Constituição pela AMATRA da coordenação regional e/ou grupo de trabalho composto de magistradas(os) que comandará a realização do TJC regionalmente.

Celebração de convênios com o Tribunal Regional do Trabalho, com a Secretaria Municipal e/ou Estadual de Educação, além da formalização de outras parcerias a exemplo das Procuradorias Regionais do Trabalho, seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, Superintendência Regional do Trabalho, faculdades e outras.

Indicação, pela Secretaria de Educação, das escolas nas quais serão desenvolvidas as atividades do TJC.

Sensibilização das(dos) gestoras(es), coordenadoras(es) pedagógicas(os) e educadoras(es) sobre o Programa, sua metodologia e material a ser empregado (Cartilha do Trabalhador e outros), com definição conjunta dos conteúdos a serem abordados conforme tema do ano e, também, peculiaridades e demandas regionais.

Formação das(os) multiplicadoras(es) através de seminários, palestras e cursos com os conteúdos previamente definidos, ministrados por magistradas(os) do trabalho e demais parceiras(os).

Distribuição das Cartilhas do Trabalhador e outros materiais às escolas.



Período de aplicação

Na construção do calendário, as peculiaridades regionais devem ser observadas. É importante garantir tempo suficiente para a aplicação dos conteúdos nas escolas, para maior engajamento nas visitas “tira-dúvidas” e na construção das apresentações da culminância. Sugere-se o período de 3 a 6 meses para cada ciclo do programa.

fase 2

Aplicação dos conteúdos do Programa, definidos pela coordenação regional e pelas instituições de ensino, por meio de atividades desenvolvidas em sala de aula pelas(os) professoras(es) participantes, assim como de palestras ministradas por magistradas(os) do trabalho e demais parceiras(os), além de outras atividades pedagógicas planejadas pelas(os) educadoras(es).

Visitas guiadas das(os) estudantes e educadoras(es) às Varas e Tribunais do Trabalho, para conhecimento do trabalho ali realizado, vivência dos conteúdos aprendidos com o Programa. Na oportunidade, poderá ser viabilizado que assistam a audiências e sessões de julgamento e conheçam as dependências da Vara e do Tribunal do Trabalho.

Encontros “tira-dúvidas”, mediante visitas das(os) magistradas(os) às escolas, com a finalidade de esclarecer as questões postas por professoras(es) e estudantes, aprofundar conteúdos, dissipar dúvidas, aproximar a(o) magistrado(a) do(a) estudante(a) e da escola.



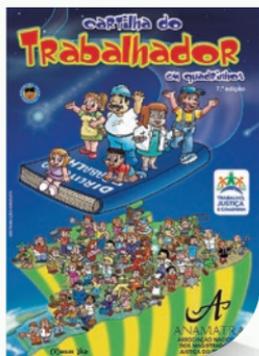
fase 3

Culminâncias. Apresentação dos resultados da aplicação do Programa pelas(os) educadoras(es) e estudantes

por meio da arte, nas diversas formas, como por exemplo: poesia, música, desenho, dramatização, simulação de audiências, apresentação de projetos e outras. Este último passo da aplicação do Programa possibilita avaliar os resultados da aplicação do TJC, ao tempo em que permite entre alunos e educadores a socialização dos saberes conquistados com a participação no TJC.



MATERIAL DE *Trabalho*



Cartilha do Trabalhador

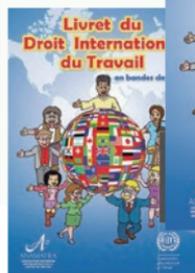
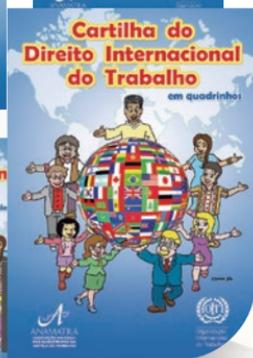
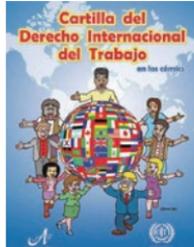
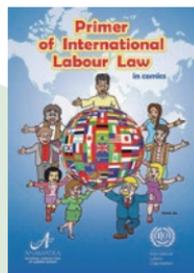
A Cartilha do Trabalhador em Quadrinhos é o principal material para a aplicação do Programa TJC. Elaborada em linguagem simples e atrativa, permite transmitir conhecimentos sobre direitos e deveres, acesso à justiça e o funcionamento da Justiça do Trabalho.



Cartilha do Trabalho Seguro e Saudável

A publicação oferece ao leitor noções de prevenção de acidentes e doenças do trabalho, orienta sobre o uso dos equipamentos de proteção individual e coletiva e esclarece sobre a responsabilidade do empregador. É abordada também a relevância da atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio [CIPA], dos órgãos de fiscalização, do Ministério Público do Trabalho, da Previdência Social e da Justiça do Trabalho.



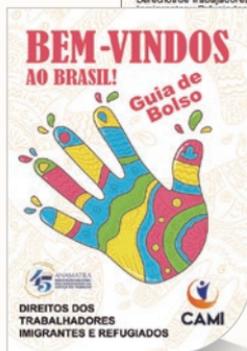
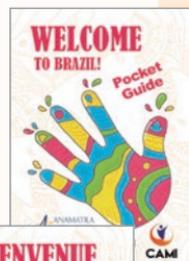


Cartilha do Direito Internacional do Trabalho

A Cartilha, feita em parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, foi editada em 4 idiomas (português, francês, inglês e espanhol), explica o conteúdo das Convenções Fundamentais da OIT e oferece uma breve síntese da história do trabalho, das lutas e conquistas relacionadas ao Direito do Trabalho.

Guia de Bolso destinado aos trabalhadores migrantes: Bem-Vindos ao Brasil

A publicação, feita em parceria com o CAMI (Centro de Apoio Pastoral do Migrante) e disponível em 4 idiomas (português, francês, inglês e espanhol), tem por objetivo dar as boas-vindas aos estrangeiros que estão no Brasil e querem trabalhar, orientando-os sobre os direitos trabalhistas no país.



TJC, sustentabilidade e trabalho decente

A relação entre **sustentabilidade** e **trabalho decente** é intrínseca e fundamental para o desenvolvimento sustentável. O **trabalho decente**, conforme definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), envolve oportunidades de trabalho produtivo, exercido em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade, e é essencial para a redução da pobreza e para o alcance de um desenvolvimento sustentável equitativo e inclusivo.



A **sustentabilidade**, por sua vez, abrange três pilares principais: **social, econômico e ambiental**. O **trabalho decente se encaixa diretamente no pilar social**, garantindo condições justas e seguras para as(os) trabalhadoras(es), promovendo a igualdade de oportunidades e combatendo a pobreza.

Como o Programa TJC se relaciona com a Agenda 2030?

No ano de 2015, na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil se comprometeu a cumprir os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) previstos na Agenda 2030, que aborda questões sociais, econômicas e ambientais, buscando erradicar a pobreza, a falta de acesso à educação e saúde, promover a dignidade humana e proteger o planeta.

São 17 objetivos e 169 metas que abordam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados por pessoas no Brasil e no mundo.



Acesse o QRCode e conheça os 17 ODS e as suas 169 metas



O TJC e a BNCC

[Base Nacional Comum Curricular]

A BNCC é um documento que estabelece as diretrizes para todas as escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, que define as aprendizagens essenciais que as(os) alunas(os) devem desenvolver em cada etapa da Educação Básica.

Acesse o QRCode e conheça um pouco mais sobre a BNCC



As 10 competências gerais da Educação Básica

Ao longo da Educação Básica (ensino infantil, fundamental e médio), as(os) alunas(os) devem desenvolver dez competências gerais, que pretendem assegurar, como resultado do seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, uma formação humana integral que vise à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

TJC
é educação.
E educação é
instrumento de
transformação
social

- 1 Conhecimento
- 2 Pensamento científico, crítico e criativo
- 3 Repertório cultural
- 4 Comunicação
- 5 Cultura digital
- 6 Trabalho e projeto de vida
- 7 Argumentação
- 8 Autoconhecimento e autocuidado
- 9 Empatia e cooperação
- 10 Responsabilidade e cidadania



NOSSOS *Números*

Números do Programa em 20 anos
(2004 a 2024)



de 750 mil
Cartilhas distribuídas



de 450 mil
pessoas impactadas

COMO *participar*

Informe-se, aqui e no portal da Anamatra, sobre o Programa e sua metodologia, cartilhas e demais materiais didáticos;

Em sua Amatra, entre em contato com a(o) coordenadora(or) responsável pelo TJC;

Existem várias formas de participação:

- Planejamento e execução do TJC em sua Região;
- Integração ao núcleo de trabalho do Programa da sua Amatra;
- Realização de palestras e participação nos encontros tira-dúvidas nas escolas;
- Recepção das(os) professoras(es) e estudantes nas unidades judiciárias, nas visitas para conhecer a Justiça do Trabalho;
- Participação nas culminâncias (que encerram o ciclo do Programa), que oferecem uma oportunidade única de se emocionar com as apresentações artísticas das(os) estudantes;
- Contato com escolas, professoras(es), Secretarias de Educação, sindicatos, associações e empresas para apresentar o Programa e fomentar seu crescimento.

Você não precisa participar de todas estas tarefas, cada qual contribui a seu modo.

Informe-se na Amatra da sua região para fazer parte deste instrumento de difusão de cidadania!

Escolas e público em geral

Se você tem interesse em levar o TJC para sua escola, empresa ou outra instituição, entre em contato com a Associação Regional de Magistrados do Trabalho (Amatra) do seu estado e peça uma apresentação do Programa. Os contatos das Amatras estão disponíveis no QR Code ao lado.





A ANAMATRA

Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho

